

Ano 12, Vol XXII, Número 1, Jan-Jun, 2019, 243-254.

MEMÓRIAS DE AGRICOLINAS: AS PRIMEIRAS ALUNAS DO COLÉGIO AGRÍCOLA MANOEL BARATA

Damiana Barros do Nascimento

Georgina Negrão Kalife Cordeiro

RESUMO: Este artigo¹ estuda a inserção das mulheres na primeira turma mista do Colégio Agrícola Manoel Barata, atual, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal. Muito embora a Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 tenha autorizado às mulheres o direito de estudar o ensino agrícola, a abertura de processo seletivo, para ambos os sexos, não ocorreu nesta única instituição federal de ensino agrícola, no Estado do Pará. Mesmo com sua transferência da Ilha de Caratateua, em Outeiro, para o município de Castanhal, em 1972, inicialmente, não foi permitido a inserção, ocorrida três anos depois, precisamente, em 1975. A motivação da pesquisa iniciou durante análise de um processo de uma egressa, que solicitava Certidão de Tempo de Aluno Aprendiz, em 2015, ano do quadragésimo aniversário deste evento, sem nenhum registro ou comemoração institucional. O arcabouço teórico-metodológico deste estudo está referendado nas abordagens historiográficas, assumidas pela História Cultural, na dinâmica da história do tempo presente e vinculadas ao procedimento metodológico das fontes orais. O trabalho contou com a participação de doze pessoas que têm em comum a vivência no Colégio Agrícola, sobretudo, de oito, das quinze mulheres inseridas na primeira turma mista do Curso Técnico em Agropecuária. Os resultados de análises dos relatos e documentos mostram os desafios e persistências das primeiras alunas durante a vivência compartilhada no campo e na sala de aula, em um Colégio, historicamente pensado para homens. A pesquisa visibiliza, através das narrativas das primeiras agricolinas, a história da educação de mulheres, especificamente, no ensino agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de mulheres. Memória. Ensino agrícola.

ABSTRACT: This article studies the insertion of women in the first mixed class of the Manoel Barata Agricultural School, current, Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará, Castanhal Campus. Even though the Organic Law of Agricultural Education of 1946 has allowed women the right to study agricultural education, the opening of selection process, for both sexes, did not occur at this single federal institution of agricultural education, in the State of Pará. Even with its transfer from Caratateua Island, in Outeiro, to the municipality of Castanhal, in 1972, initially, the insertion was not allowed, having occurred three years later, precisely, in 1975. The motivation of the research began during analysis of a graduate process, requesting Apprentice Student Time Certificate, in 2015, the year of the fortieth anniversary of this event, without any registration or institutional commemoration. The theoretical-methodological framework of this study is referenced on the historiographical approaches, assumed by Cultural History, in the dynamics of the present time history and linked to the methodological procedure of the oral sources. The work had the participation of twelve people who have in common the experience in the Agricultural School, especially, eight, of the fifteen women inserted in the first mixed class of the Technical Course in Agriculture. The results of analysis of the reports and documents show the challenges and persistence of the first female students during the shared experience in the field and in the classroom, in a College, historically

¹ O artigo é parte integrante da dissertação de mestrado “*Memórias da Primeira turma mista: a inserção das mulheres no Colégio Agrícola Manoel Barata*”, apresentada, em 2018, no Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará Campus Bragança.

addressed for men. The research shows, through the narratives of the first agricolines, the history of women education, specifically, in agricultural education.

Keywords: Women Education, Memory, Agricultural Education.

INTRODUÇÃO

O processo histórico da instituição de turmas mistas no Brasil mostra que as meninas puderam sentar-se com os meninos a partir da fundação das escolas protestantes, especialmente, metodistas e presbiterianas, que quebraram o monopólio religioso do catolicismo e “*que pela primeira vez na história do Brasil reuniram sob o mesmo teto alunos de ambos os sexos*” (BERGER, 1984, p. 168 *apud* STAMATTO, 2002). As primeiras escolas profissionais oficiais de São Paulo, em 1911, destinavam o ensino das *artes industriais* para o sexo masculino e de *economia e prendas manuais* para o sexo feminino (MANFREDI, 2002).

Paralelamente, o ensino agrícola da rede federal de educação, dava exclusividade ao sexo masculino. De acordo com o Decreto Lei nº 9.613, de 1946 “*o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres*”, com a condição que esses cursos fossem ofertados em estabelecimentos de ensino exclusivo de frequência feminina. Pelo prescrito em seu Artigo 52, não seria permitido que as mulheres executassem trabalhos, que sob o ponto de vista da saúde, fosse inadequado e que, portanto, mirasse a natureza da personalidade feminina. Aquela seria uma forma de dizer à mulher que o lar, era o seu lugar.

Portanto, vamos encontrar recomendações a observações que dizia o que à mulher deveria ser ensinado (ALMEIDA, 2015). A inserção de mulheres nos cursos de ensino agrícola, no entanto, não facilitou, nem deu alternativas para sua efetivação e, muitas mulheres que poderiam ter recebido essa formação, ficaram excluídas.

1. A INSTITUIÇÃO DA PRIMEIRA TURMA MISTA DO CAMB

Figura 1 - Concluintes da primeira turma mista do CAMB – 1977



Fonte: Acervo pessoal de Mirian Selma Conôr Bentes Corrêa.

Das dezoito candidatas inscritas no primeiro processo seletivo misto do Curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola Manoel Barata (CAMB), quinze foram selecionadas, iniciando, assim, a inserção das primeiras alunas, ocupando espaços, nunca antes pensado para elas. Michelle Perrot (2007), discutindo o porquê do silêncio e da invisibilidade das mulheres revela que isso se deu por serem menos vistas nos espaços públicos, que por muito tempo merecia interesse e relato. Destinadas aos espaços privados ficaram invisíveis. Segundo a autora, em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Talvez, por isso que, em meados da década de 1970, em Castanhal, algumas pessoas ficassem, ainda, admiradas ao ver as alunas do “Agrícola” (como era chamado) atravessando a Avenida Barão do Rio Branco, vestidas de macacões e botas de borracha, em seus trajes de *operárias* agrícolas ou dirigindo trator na Rodovia BR 316.

Da esquerda para a direita, sentadas na fila do meio: Ana Zarinôr Michel Rodrigues, Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva, Célia Maria Ferreira de Menezes, Rosália Maria Gonçalves, Adélia Fátima Cardoso, Mirian Selma Oliveira Conôr, Maria Rosalba da Natividade Leal, Margareth Porto Pinheiro, Gessy Dalva Fernandes Pereira, Maria do Carmo Cardoso Pinto e Alzira Ferreira Viana.

Os dados socioeconômicos, considerando os padrões econômicos da época mostram que a maioria dos estudantes da primeira turma mista era proveniente de famílias de classe média: comerciantes, proprietários agrícolas; plantador de pimenta do reino, fazendeiros; políticos influentes e servidores públicos federais. Segundo Gessy Dalva: “*Alguém ia pra Escola de carro*” e que, por todos esses motivos, a turma mista foi apelidada, por outros alunos do Colégio Agrícola, de “*Turma de barão*”. Inferimos que essas famílias teriam características típicas de família patriarcal, instalado nas regiões brasileiras, onde existiam grandes unidades agrárias de produção de engenhos de açúcar, fazendas de criação ou produção de café. Tipo fixo de onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais (CORRÊA, 1994).

2. MULHERES NO CAMB: ESPAÇO DE RESTRIÇÕES E DESISTÊNCIAS

Ao ingressar no CAMB, as alunas não receberam nenhuma orientação educacional ou vocacional, por parte do Setor de Orientação Educacional (SOE), responsável por esse atendimento, sendo acolhidas pelos poucos professores que estavam atuando, à época, que por sua vez, não receberam formação ou adequação pedagógica por conta dessa chegada e, sim, pelas mudanças no Curso de Agropecuária

com o estabelecimento do Sistema Escola-Fazenda (SEF)², com base na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB) e no Parecer CFE nº 45/72, de 12 de janeiro de 1972. Teoricamente, foram submetidas aos mesmos conhecimentos que os alunos. O diferencial, no entanto, ocorria nas atividades práticas do campo, onde fisicamente, no início, algumas sentiram dificuldades. A capacidade física das agricolinas era colocada à prova, por alguns alunos, sobretudo, quando exerciam a monitoria de campo. “Vocês lembram quando a gente ia pro campo que tinha os monitores que eram os “terceirões”³ chamados, o que eles faziam com a gente? Quando a gente chegava lá eles queriam mesmo que a gente mostrasse que a gente dava conta do serviço” [...] (MEDEIROS, 2017). “Quando a gente ia pro campo a gente não via essa diferenciação. A gente trabalhava tanto quanto os homens [...] Era pra pegar enxada. Era pra cavar uma cova lá naquela piçarra pra plantar abacate a gente ia fazer, lá. Eu dirigi trator” (BARROS, 2017).

Os meninos internos procuravam nos ajudar. Eu não sei se era uma forma de paquerar, se aproximar das meninas. Mas a gente desmatou, a gente capinou, a gente teve calo na mão, a gente cuidou de galinha, cuidou do galinheiro. [...] A gente criou muita galinha, lá, porque se vendia mesmo! Verdura, a gente plantou. [...] Aqueles jambeiros que circundam, ali, quem plantou foi a nossa turma. (CORRÊA, 2017).

Sem exceção, as agricolinas enfatizaram o respeito que os alunos que viviam em regime de internato dispensavam a elas, sobretudo na convivência no campo, de todas

² Sistema Escola-Fazenda – Modelo de funcionamento para formação do Técnico em Agropecuária, caracterizado por uma área de terra destinada ao desenvolvimento de projetos agropecuários (UEP), uma Cooperativa-Escola e Salas de Aula. Em 1972, coube ao Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – CENAFOR, com apoio do Departamento de Ensino Médio do MEC, publicar um Manual sobre Escola-Fazenda, elaborado por 14 técnicos especialmente convidados para tal fim. Nesse manual foram definidos os seguintes objetivos para o Sistema Escola-Fazenda: a. Proporcionar melhor formação profissional aos educandos, dando-lhes vivência com os problemas reais dos trabalhos agropecuários; b. Despertar o interesse pela agropecuária; c. Levar os estudantes a se convencerem de que agropecuária é uma indústria de produção; d. Oferecer aos estudantes oportunidades de iniciarem e se estabelecerem, progressivamente, num negócio agropecuário; e. Ampliar o raio de ação educativa do estabelecimento, proporcionando aos agricultores circunvizinhos e aos jovens rurícolas, conhecimento das práticas agropecuárias recomendáveis; f. Despertar no educando o espírito de cooperação e auxílio mútuo (TAVARES, 2007, p. 318-320).

³ Terceirões: alguns alunos quando chegavam na 3ª Série, por serem concluintes costumavam apresentar comportamento de indisciplina, autoritário, exibicionismo, humilhavam os novos alunos que estavam ingressando, apelidando-os de forma pejorativa por *calouros*.

as manhãs. O desfile de sete de setembro de 1975, que levou para a avenida as primeiras alunas serviu, também, como uma resposta aos comentários preconceituosos ventilados na sociedade castanhalense:

A primeira turma de mulheres. “*Vão desfilar tudo grávida*”. Esses comentários tinham. Mas eu nunca me importei. Existia um preconceito muito grande com relação a gente, mas eu nunca me importei com isso [...]. As meninas daqui que eram pessoas que tinham mais condições não iam deixar os filhos estudar lá, porque podia se perder. Tinha muito isso. Hoje é muito mais fácil mexer com isso, mas há quarenta anos atrás tinha muito preconceito (CARVALHO, 2018).

As aproximações despertaram paixões, tanto dentro, quanto com outras turmas. No entanto, o respeito, segundo elas, se sobrepunha à relação de namoro e às brincadeiras, exemplo dos apelidos, uma vez colocados, permanecia durante todo o curso, sobretudo se a pessoa demonstrasse descontentamento, como ocorria com Adélia Coelho “Eu odiava quem me chamasse do meu apelido. Meu nome tão bonito e me chamavam de Piaçoca! Eu odiava!” (COELHO, 2017).

Entre os anos de 1975 e 1976, quatro alunas desistiram do Curso, por motivos diversos: reprovação disciplinar, gravidez e casamento. A aluna Heliana Espíndola Quaresma, casada e grávida tentou continuar estudando. Porém, sua reprovação em cinco disciplinas e, conforme o Art. 5º da Lei 5.692/71, em que a matrícula só era permitida para reprovados em até duas disciplinas, fez com que não tivesse amparo legal para permanecer no CAMB. Uma desistência por motivo díspar, aos citados acima, se deu com Maria Solange, que cancelou sua matrícula, em 25 de agosto de 1976, três dias antes do seu casamento, celebrado em 28 de agosto, data em que, também, completara seus dezoito anos. Cancelar um curso para casar pode parecer impossível, às mulheres de hoje. Durante a entrevista, a agricolina revelou não ter arrependimento pela escolha matrimonial, em detrimento à continuidade dos estudos. Como ela, muitas mulheres decidiam seu futuro dessa forma, na década de 1970.

Muito embora o Curso de Agropecuária funcionasse em período integral, não permitia que estudantes externos permanecessem no CAMB, no intervalo do almoço, e após as dezoito horas alunas não podiam adentrar em suas dependências. Isso tornava a

jornada diária ainda mais cansativa, sobretudo, quando o ônibus que levava e trazia os estudantes da Cidade, não estava disponível.

Segundo Selma Corrêa, caso tivesse havido possibilidade, as alunas ficariam durante o intervalo no Colégio, o que, na época, não ocorreu, uma vez que não lhes foi proporcionado nenhuma estrutura física específica em que pudessem perceber essa preocupação. “Tinha muita coisa que a gente precisava. Ficar mais com as nossas intimidades. Um banheiro mais selecionado” (CARVALHO, 2018).

O bom comportamento era condição *sine qua non* para permanecer estudando no CAMB. Não sabemos se o tempo decorrido de mais de quarenta anos teria amenizado, nas memórias de algumas agricolinas, as lembranças tristes e desagradáveis, pois, as opiniões sobre as normas rígidas do CAMB, não são consensuais: “Quando era feriado de São José, de Castanhal, tinha aula, lá. Lá, não era feriado, porque era federal [...] nós reunimos: amanhã não vai vim ninguém dessa turma, aqui. [...] Se aparecer um interno, aqui nessa sala, amanhã, vai se ver com a gente!” (PEREIRA, 2017). “Eu não sei, por que eu sempre fui muito comportada. Então, não me lembro de nada que eu contestasse. Nunca recebi punição” (PINHEIRO, 2017). “A gente era muito danado! A turma “03” “era fogo”! Não sei por que era uma turma mista. Por que nós fomos mista, internos e externos. Além de ser homens e mulheres, nós éramos internos e externos” (CORRÊA, 2017). “O diretor todo dia chegava [...] Não me lembro se era todo dia ou tinha alguns dias da semana que tinha que cantar o Hino Nacional. Não lembro direito o dia” (CARVALHO, 2018).

Os resquícios de regime austero e disciplinador dos tempos do passado, ainda permaneciam sob os auspícios do período do regime de recessão e, portanto, seus diretores, fossem militares ou não, ocupavam cargos de confiança, indicados por um governo militar.

3. MULHERES NO CAMB: SUPERAÇÃO E RESISTÊNCIA

Esta pesquisa não investigou a participação política das primeiras mulheres, enquanto discentes do Curso de Agropecuária do CAMB e não identificou nenhuma atividade política relevante que fosse prerrogativa desses cargos, nem seu grau de importância, para a época. Mesmo assim, as entrevistas identificaram que as agricolinas da primeira turma mista não foram chefes de turma e nem presidentes do Centro Cívico, únicas representações estudantis autorizadas, mediante as restrições impostas pelo Governo Civil-militar. As manifestações de sexismo presentes no âmbito escolar podem ocorrer, muitas vezes, de forma velada, inviabilizando a participação feminina ou invisibilizando sua presença nos espaços de poder ou de grande visibilidade (ROSEMBERG, 1992). No CAMB, não seria diferente, uma vez que autorizou a inserção de mulheres, mas com restrições, tanto com relação a sua plena acessibilidade e mobilidade, quanto na participação política e nos espaços de decisão e, conseqüentemente, de poder.

E aí, quando colocaram a palavra em aberto, aí eu achei que, como mulher, como sendo primeira turma de mulheres, alguém devia se manifestar e devia se expressar pelo lado feminino. E foi o que eu fiz, simplesmente [...] de espontânea vontade [...] Então eu fui lá e coloquei o que eu achava interessante colocar. Pode ter agradado alguns e desagradado outros, não vem ao caso. Mas eu achei importante representar as mulheres naquela celebração, naquele momento. Que ficasse essa memória. (PINHEIRO, 2017).

Daí, que a manifestação de Margareth Pinheiro, no momento da formatura, talvez não tenha sido tão espontânea, como ela relatou, mas um dever, ao se expressar e deixar registrado essa memória, ao ponto dos seus colegas, quarenta anos depois, guardá-la em suas reminiscências, como a oradora da primeira turma mista. Imaginemos, portanto, que Margareth teria feito um discurso de resistência feminina.

É evidente a discriminação que as primeiras agricolinas sofreram por serem mulheres. Discriminação demonstrada, tanto no momento de ajudá-las, com interesse em “paquerar”, quanto no momento em que colocavam em dúvidas suas capacidades físicas e intelectuais. A maneira com que podiam comprovar que estavam ali por capacidade e vontade próprias dava-se pela força física nos momentos de pegar

enxadas, calejar as mãos, fazer covas na piçarra para plantar batatas, desmatar, construir canteiros, fazer pocilgas, manusear adubo, ração, pulverizador, fazer o manejo de galinhas, destacar-se como monitora de campo e até mesmo dirigir trator nas dependências do CAMB e no centro da cidade.

Para aquelas que começaram narrando que entraram para fazer o Curso de Agropecuária, por falta de opção de estudos em Castanhal, ou por escolha dos pais, essas mulheres foram muito longe e algumas continuam galgando sonhos, em suas atividades agrícolas, ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com toda dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, na Área da Agropecuária, principalmente na absorção privada, a inserção feminina, em 1975, motivou o ingresso de outras agricolinas, inclusive de familiares⁴ e desde então, participam das solenidades de conclusões do Curso. Uma conquista forjada pela inserção das primeiras agricolinas, que continuam reivindicando espaço, presença respeitosa e deliberativa de direitos iguais, entre os sexos, talvez mais fáceis, sob alguns aspectos, em relação aos nostálgicos anos da década de 1970.

As lembranças das agricolinas são reveladoras, mediante afetos e respeito recíproco, mesmo com as paqueras e a tradição dos apelidos, entendido por elas, como parte da identidade agricolina. Aceitar o apelido era uma forma de se manter parte daquele grupo, majoritariamente, masculino. Suas memórias confirmam a supremacia masculina no ensino agrícola, reforçado pela linguagem que invisibiliza o *ela*: ensino agrícola, Colégio Agrícola, CAMB, o curso, o internato, os professores, os setores de produção, o campo, o trator, o pulverizador, os animais, o requerimento, o atestado, o diploma, os egressos. As agricolinas, nas entrevistas usavam o masculino, quando deveriam empregar o feminino: “*A gente era muito danado*”. Precisa-se afirmar a identidade feminina, tanto na linguagem verbal inscrita em documentos, como em discursos. Diante de tudo isso, queremos parafrasear Simone de Beauvoir (1949), perguntando se ainda serão necessários mais quarenta anos, para que a inserção das

⁴ Regina Maura Oliveira Conôr, irmã de Mirian Selma Conôr Bentes Corrêa concluiu em 02.12.1978 e Marialba da Natividade Leal, irmã de Maria Rosalba Leal Carvalho, em 12.12.1979. São exemplos de mulheres que seguiram a carreira acadêmica das irmãs precursoras. Os irmãos de Adélia Fátima Cardoso Coelho e Heliana Espíndola Quaresma estudaram no CAMB, na década de 1980.

mulheres ocorra, de fato e de direito, no âmbito institucional e relacional do IFPA Campus Castanhal.

Ao participarem dos frequentes encontros que trazem à memória as narrativas da trajetória do período em que estudaram o Curso de Agropecuária, as agricolinas demonstram que não querem ser esquecidas e nem ter suas vozes silenciadas. Esperamos que muitas mulheres ao terem suas próprias experiências de vida representadas nas narrativas das precursoras da primeira Turma Mista possam seguir, quebrando silêncios, sobretudo pela importância da produção de saberes a partir da história que essas mulheres trazem sempre vivas em suas memórias do que vivenciaram da história do Colégio Agrícola Manoel Barata. Este estudo soma-se, portanto, a essas outras formas de narrar.

REFERENCIAL

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, José Wagner de; CAVALCANTE, M. J. M. **O ensino agrícola e as mulheres: implicações de uma vivência compartilhada**. XIV Congresso de História da Educação no Ceará, Fortaleza/CE, jun. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, A. A. [et al] **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. Ed. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO. Tina. **Mulheres na Escola**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, nº 80, p. 62-74, fev. 1992.

TAVARES, Carlos Alberto. **A formação do técnico em agropecuária no Sistema Escola–Fazenda**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, vol. 4, p.314-339, 2007.

FONTES ORAIS

BARROS, Rosália Maria Gonçalves de [60 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 14 dez. 2017.

CARVALHO, Maria Rosalba Leal [60 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 19 jan. 2018.

COELHO, Adélia Fátima Cardoso [59 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 14 dez. 2017.

CORRÊA, Mirian Selma Conôr Bentes [60 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 14 nov. 2017.

COSTA, Maria Solange Elias de Melo [59 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 23 nov. 2017.

MEDEIROS, Célia Maria Menezes [58 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 16 mar. 2016. 14 dez. 2017.

PEREIRA, Gessy Dalva Fernandes [62 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 14 dez. 2017.

PINHEIRO, Margareth Porto [60 anos]. *Depoimento*. Entrevistadora: Damiana Barros do Nascimento. Castanhal, 03, 04, 11 jan. 2018.

Recebido: 20/4/2019. Aceito: 26/6/2019.

Sobre os autores e contato:

Damiana Barros do Nascimento- Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pelo Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará Campus Bragança.

E-mail: damiletras@bol.com.br

Georgina Negrão Kalife Cordeiro - Doutora em Educação – Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: cordeiro@ufpa.br.